







MELHOR COMPREENSÃO, PELA COMUNIDADE, DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS APRESENTADAS ATRAVÉS DE CARTILHAS

BLANCO, Luana Endlich.¹ DIAS, Solange Irene Smolarek.²

RESUMO

As Revisões Bibliográficas ora apresentadas divulgam para a comunidade acadêmica resultados iniciais de pesquisa em curso. Este trabalho tem como tema e pesquisa master "O Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal no Município de Corbélia, no Estado do Paraná". A presente revisão bibliográfica aborda fundamentação teórica sobre a melhor compreensão, pela comunidade, de políticas públicas municipais apresentadas através de cartilhas. O problema de pesquisa da presente produção é: a apresentação de políticas publicas através de cartilhas facilita a melhor compreensão das mesmas, pela comunidade? A hipótese é de que o exemplo do Plano Diretor da cidade de São Paulo apresentado em cartilha melhora a sua compreensão. A presente publicação compartilha, com outras demais quatro, conteúdos que formatarão, no coletivo, a Revisão Bibliográfica da temática da pesquisa denominada de Revisão do Plano Diretor Municipal no Município de Corbélia, no Estado do Paraná. Este, portanto, é o objetivo geral da mesma. Os resultados ora apresentados fundamentarão, teoricamente, a pesquisa máster acima indicada.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades, Políticas Públicas, Cartilhas.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é desenvolvida no Grupo Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional, na Linha de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional, vinculados ao Curso de Graduação de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Assis Gurgacz.

O assunto, portanto, é o Planejamento Urbano Regional, na temática da melhor compreensão, pela comunidade, de políticas públicas municipais apresentadas através de cartilhas.

A presente publicação objetiva apresentar parte da Fundamentação Teórica que, juntamente com outras demais quatro partes, comporão a Fundamentação Teórica de pesquisa máster denominada de "O Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal no Município de Corbélia, no Estado do Paraná".

¹Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAG. Elaborado em Projeto de Iniciação Científica. Email: leblanco@minha.fag.edu.br.

²Professora orientadora da presente pesquisa. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG – Cascavel/PR. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR. Mestre em Letras pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Cascavel. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis. E-mail: solange@fag.edu.br.









As quatro partes que comporão a fundamentação teórica da pesquisa máster, estão assim organizadas:

- 1. O Plano Diretor no Brasil e no Paraná.
- 2. A obrigatoriedade brasileira de participação popular na elaboração de planos diretores municipais.
- 3. A melhor compreensão, pela comunidade, de políticas públicas municipais apresentadas através de cartilhas.
- 4. A história do Municipio de Corbélia/PR: de sua origem ao século XXI.
- 5. Relato sobre o planejamento urbano municipal no Município de Corbélia/PR.

Em continuidade, define-se o problema da presente pesquisa como sendo: a apresentação de políticas publicas através de cartilhas facilita a melhor compreensão das mesmas, pela comunidade? A hipótese é de que o exemplo do Plano Diretor da cidade de São Paulo apresentado em cartilha melhora a sua compreensão.

Intencionando dar resposta ao problema da pesquisa, define-se como objetivo geral que a presente publicação compartilhe, com outras demais quatro, conteúdos que formatarão, no coletivo, a Revisão Bibliográfica da temática da pesquisa denominada de "Revisão do Plano Diretor Municipal no Município de Corbélia, no Estado do Paraná".

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Plano Diretor Municipal só é eficaz quando toda a população que reside naquele local segue de acordo com as diretrizes expostas por ele, porém essas diretrizes são de difícil entendimento para pessoas leigas, e até mesmo para profissionais de outras áreas, por conta da sua complexidade na linguagem culta do direito.

2.1 PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO

Segundo o IBGE (2021), São Paulo tem uma população estimada de 12 milhões de habitantes, isso faz com que a cidade seja a mais populosa do Brasil. A densidade demográfica é de 7 mil habitantes por quilômetros quadrados (IBGE, 2010), assim sendo necessário um Plano Diretor Municipal complexo para atender a realidade da cidade.









O PDM de São Paulo está quase no seu fim, foi desenvolvido em 2014, e segundo o Estatuto da Cidade esse documento deve ser revisto a cada 10 anos (OLIVEIRA, 2001). Ele conta com 393 Artigos e mais de 150 páginas (SÃO PAULO, 2014) tornando quase impossível saber todas essas importantes diretrizes que a cidade deve seguir.

Entendendo que sua complexidade para atender as demandas locais não é suficiente para conseguir alcançar os objetivos desejados, já que toda população deve ter conhecimento do que está previsto no PDM, em 2016 a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, desenvolveu um livro em forma de cartilha com o texto das leis e estratégias ilustradas da nova Lei de Zoneamento (FRANCO, 2016).

Segundo Giordani (2020), o principal objetivo das cartilhas é sua adequação para o públicoalvo, ou seja, fazendo uso de uma linguagem clara e objetiva, e o mais importante: seu visual, deve ser atraente, porém leve e informativo.

A adequação ao público-alvo é de suma importância para que a cartilha cumpra com seu objetivo, já que o intuito é o produto ser explicativo e informativo sem espaços para dúvidas, é necessário estabelecer um diálogo proficiente com os leitores da mesma (GIORDANI, 2020).

A linguagem a ser seguida deve ir de acordo com o tema abordado, ou seja, esse tema deve ser delimitado e específico para que as informações contidas na cartilha não sejam superficiais e sim adequadas ao paragrafo descrito anteriormente. Em contrapartida com a linguagem e também de grande valia são as informações que estarão descritas. Necessita de serem atualizadas, originais e claras (GIORDANI, 2020).

Por fim, e não menos importante: o visual. Tanto os autores como os ilustradores tem que considerar tanto texto quanto as imagens e/ou ilustrações como uma coisa só, dialogando entre si. Considerando o gênero textual cartilha, a Editora UENP sugere que haja proporcionalmente mais imagens do que texto, por exemplo, 60% imagem e 40% texto, além de tudo isso a imagem deve ser de alta resolução e coloridas (GIORDANI, 2020).

A cartilha da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo se baseia na Lei N° 16.402 (SÃO PAULO, 2016) que disciplina o mesmo já citado interiormente. Inicialmente a cartilha busca explicar os instrumentos do Plano Diretor Estratégico expondo de forma sucinta a realidade da cidade que fez com que se buscasse tais diretrizes, definindo também a importância das mesmas (FRANCO, 2016).







Posteriormente, a cartilha conceitua o porquê de ter sido feita a revisão do zoneamento, assim então traz ilustrações com explicações das zonas. Segue imagem abaixo:

Imagem 01 – Página 14 da cartilha de zonamento de São Paulo.

1 · GARANTIR MORADIA Areas com ocoméncia DIGNA PARA QUEM de imóveis ociosos subutilizados, não uti-PRECISA regiões dotadas de serviços, equipam Para enfrentar o déficit habitacional e a falta de moradia adequada e bem localizada para a população de baixa renda, a nova lei de zoneamento mantém as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) assim como foram definidas no PDE, com a intenção de estimular a produção de Habitação de Interesse Social (HIS), e cria duas novas zonas: Zona Mista de Interesse Social (ZMIS) e Zona de Centralidade em ZEIS (ZC-ZEIS). Em ambas as zonas são permitidas atividades comerciais e de serviços, como supermercado, loja e farmácia, buscando promover uma cidade mais diversa, facilitar a vida dos moradores e gerar renda na região. Áreas caracterizadas pela presença de favelas e loteamento AUMENTO DAS ÁREAS PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL imegulares, habitadas PROMOVER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS por glebas ou lotes não edificados ou subutilizados, adequados à 111 ZEIS - ZMIS - ZC-ZEIS por glebas ou lotes não edificados e adequados à urbanização e edificação situadas nas Areas de Proteção aos Lates au conjunto de lotes, preferencialmente varios ou subutilizados situados em áreas dotadas de serviços

Fonte: (FRANCO, 2016)









3. METODOLOGIA

A metodologia aplicada na presente publicação, considerando que se trata de pesquisa em andamento, é a da pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008, p. 50): "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Com a Revisão bibliográfica apresentada na presente publicação, acrescida das demais quatro revisões bibliográficas indicadas como componentes da Fundamentação Teórica da pesquisa máster denominada de "Revisão do Plano Diretor Municipal no Município de Corbélia, no Estado do Paraná", as análises e suas discussões serão posteriormente elaboradas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi desenvolvida no Grupo Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional, na Linha de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional, vinculados ao Curso de Graduação de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Assis Gurgacz. Teve como assunto o Planejamento Urbano Regional, na temática da melhor compreensão, pela comunidade, de políticas públicas municipais apresentadas através de cartilhas.

A presente publicação objetivou apresentar parte da Fundamentação Teórica que, juntamente com outras demais quatro partes, comporão a Fundamentação Teórica de pesquisa máster denominada de "O Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal no Município de Corbélia, no Estado do Paraná".

Definiu-se o problema da presente pesquisa como sendo: a apresentação de políticas publicas através de cartilhas facilita a melhor compreensão das mesmas, pela comunidade? Para tal problema, foi formulada a hipótese de que o exemplo do Plano Diretor da cidade de São Paulo apresentado em cartilha melhora a sua compreensão.

Em conclusão, na metodologia de pesquisa bibliográfica, em resposta ao problema da pesquisa e na hipótese formulada, divulga-se a presente produção científica.









Ressalta-se que a pesquisa máster já informada está em elaboração e que esta publicação faz parte de seu início.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Fernando de Mello. **Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.** São Paulo: 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/GESTÃO2-smdu-zoneamento_ilustrado.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIORDANI, Annecy Tojeiro. **Normas Editoriais**. Paraná: Editora UENP, 2020. Disponível em: https://uenp.edu.br/editora-docs/livraria/16770-editora-uenp-normas-editoriais-orientacao-aos-autores-cartilhas/file. Acesso em: 06 mai. 2023.

IBGE. **São Paulo**. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>. Acesso em: 06 mai. 2023.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

SÃO PAULO. Lei Nº 16.050, de 31 de julho de 2014. **Plano Diretor Estratégico**. São Paulo: 2014. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-sao-paulo-sp. Acesso em: 06 mai. 2023.

SÃO PAULO. Lei Nº 16.402, de 22 de março de 2016. **Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE)**. São Paulo: 2016. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16402-de-22-de-marco-de-2016>. Acesso em: 06 mai.

2023.